

Fredie Didier Jr.



Curso de **DIREITO**
PROCESSUAL
CIVIL

Introdução ao Direito
Processual Civil, Parte Geral
e Processo de Conhecimento

24^a
Edição

revista
atualizada
ampliada

2022



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorre@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

D556 Didier Jr., Fredie

Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento / Fredie Didier Jr. – 24. ed. - São Paulo: Ed. Juspodivm, 2022 v.1. 992 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-442-3559-1.

1. Direito processual – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. 3. Jurisdição. 4. Competência (Autoridade legal). 5. Conciliação (Processo civil). 6. Preclusão (Direito processual). 7. Litisconsórcio. 8. Extinção do processo. 9. Suspensão do processo. I. Título

CDD: 347.81053

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Nota do autor à 24ª edição	27
Nota do autor à 17ª edição.....	29
Prefácio.....	33
Capítulo 1 ► Introdução ao Direito Processual Civil.....	37
1. Introdução.....	37
2. Conceito de processo. A complexidade como característica constitutiva do processo.....	38
3. Teoria Geral do Processo, Ciência do Direito Processual Civil e Direito Processual Civil.....	43
4. Direito processual Civil, Sistema da Justiça civil ou do que ocupa um processualista civil.....	47
5. Processo e direito material. Instrumentalidade do processo. Relação circular entre o direito material e o processo.....	54
6. Algumas características do pensamento jurídico contemporâneo.....	57
7. Neoconstitucionalismo, neoprocessualismo ou formalismo valorativo. A atual fase metodológica da ciência do processo.....	60
8. A ciência do processo e a nova metodologia jurídica.....	64
8.1. Constituição e processo. O art. 1º do CPC.....	64
8.2. Princípios processuais.....	66
8.3. A nova feição da atividade jurisdicional e o Direito processual: sistema de precedentes, criatividade judicial e cláusulas gerais processuais.....	69
8.4. Processo e direitos fundamentais.....	73
9. A tradição jurídica brasileira: nem civil law nem <i>common law</i>	75
10. O CPC e os microssistemas processuais civis.....	78
10.1. Nota introdutória.....	78
10.2. Microssistemas surgidos durante a vigência do CPC-1973. Os casos dos microssistemas do processo coletivo, da arbitragem, dos Juizados Especiais e dos processos de controle concentrado de constitucionalidade dos atos normativos.....	79
10.3. Microssistemas processuais (não exclusivamente civis) embutidos dentro do CPC-2015.....	82
Capítulo 2 ► Norma Jurídica Processual.....	85
1. Conceito de norma jurídica processual.....	85
2. Fontes da norma jurídica processual.....	85

3. <i>Soft law</i> e o Direito Processual	92
4. Aplicação da norma jurídica processual no tempo.....	95
Capítulo 3 ► Normas fundamentais do Processo Civil.....	99
1. Direito Processual Fundamental	99
2. Princípios.....	102
2.1. Princípio do devido processo legal.....	102
2.1.1. Considerações gerais	102
2.1.2. Conteúdo	103
2.1.3. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	107
2.1.4. Devido processo legal e relações jurídicas privadas	111
2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	114
2.3. Princípio da legalidade (juridicidade).....	118
2.4. Princípio do contraditório.....	120
2.4.1. Generalidades e a regra da proibição de decisão-surpresa	120
2.4.2. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório.....	127
2.5. Princípio da ampla defesa.....	129
2.6. Princípio da publicidade.....	129
2.6.1. Generalidades	129
2.6.2. Publicidade processual e proteção de dados pessoais.....	137
2.7. Princípio da duração razoável do processo.....	142
2.8. Princípio da igualdade processual (paridade de armas)	145
2.9. Princípio da eficiência	147
2.10. Princípio da boa-fé processual.....	153
2.10.1. Generalidades	153
2.10.2. Fundamento constitucional do princípio da boa-fé processual	156
2.10.3. Destinatário da norma.....	159
2.10.4. Concretização do princípio da boa-fé processual	159
2.11. Princípio da efetividade	163
2.12. Princípio da adequação (legal, jurisdicional e negocial) do processo	164
2.12.1. Generalidades	164
2.12.2. Critérios de adequação	165
2.12.3. Adequação jurisdicional do processo.....	167
2.12.4. Adequação negocial do processo	170
2.13. Princípio da cooperação e o modelo do processo civil brasileiro.....	170
2.13.1. Nota introdutória	170
2.13.2. “Princípios” dispositivo e inquisitivo. Modelos tradicionais de organização do processo: adversarial e inquisitorial	170
2.13.3. Processo cooperativo: um terceiro modelo de organização do processo. Princípios e regras de cooperação. Eficácia do princípio da cooperação	175

2.13.4. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório, princípio da cooperação e dever de auxílio	182
2.14. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo.....	183
2.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	187
2.16. Princípio da proteção da confiança.....	189
2.16.1. Proteção da confiança e segurança jurídica	189
2.16.2. Pressupostos para a proteção da confiança	190
2.16.3. Princípio da proteção da confiança e o direito processual civil	193
3. Regras.....	197
3.1. Regras da instauração do processo por iniciativa da parte e de desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	197
3.1.1. Instauração do processo por iniciativa da parte.....	198
3.1.2. Desenvolvimento do processo por impulso oficial	198
3.2. Regra da obediência à ordem cronológica de conclusão.....	199
3.2.1. Generalidades	199
3.2.2. Regras que excetua o dever de respeito à ordem cronológica de conclusão.....	200
3.2.3. Calendário processual e dever de observância da ordem cronológica de conclusão	203
3.2.4. Consequências do descumprimento da regra.....	204
3.2.5. Extensão da regra à atuação do escrivão ou chefe de secretaria.....	204
3.2.6. Direito transitório.....	205
4. Norma fundamental de interpretação do Código de Processo Civil: o postulado hermenêutico da unidade do Código	205
Capítulo 4 ► Jurisdição	207
1. Conceito e características da jurisdição.....	207
1.1. Conceito.....	207
1.2. Decisão por terceiro imparcial – heterocomposição	208
1.2.1. Generalidades	208
1.2.2. A imparcialidade na arbitragem.....	210
1.3. A jurisdição como manifestação do Poder: a imperatividade e a inevitabilidade da jurisdição.....	213
1.4. A jurisdição como atividade criativa	214
1.5. Jurisdição como técnica de tutela de direitos mediante um processo	219
1.6. A jurisdição sempre atua em uma situação jurídica concreta.....	220
1.7. Insuscetibilidade de controle externo	221
1.8. Aptidão para a coisa julgada	222
2. Justiça multiportas.....	222
2.1. Equivalentes jurisdicionais e justiça multiportas	222
2.2. Autotutela.....	225

2.3. Autocomposição	226
2.4. Julgamento de conflitos por tribunal administrativo (solução estatal não jurisdicional de conflitos).....	227
3. Arbitragem	231
4. A questão da “indelegabilidade” do exercício da jurisdição.....	236
5. A territorialidade para o exercício da jurisdição	238
6. Princípios da jurisdição	239
6.1. Inafastabilidade	239
6.2. Juiz natural	245
7. A jurisdição voluntária.....	249
7.1. Generalidades	249
7.2. Classificação dos procedimentos de jurisdição voluntária de Leonardo Greco.....	254
7.3. A jurisdição voluntária como administração pública de interesses privados	255
7.4. A jurisdição voluntária como atividade jurisdicional.....	256
Capítulo 5 ► Competência	261
1. Conceito e considerações gerais	262
2. Distribuição da competência. Fontes normativas de atribuição de competência	263
3. Normas fundamentais sobre competência.....	263
3.1. Princípio do juiz natural.....	263
3.2. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência	263
3.3. Princípio da competência adequada	264
3.4. Regra da <i>Kompetenzkompetenz</i>	268
3.5. Regra da perpetuação da jurisdição	268
4. Competência por distribuição	270
5. Classificação da competência	271
5.1. Competência do foro (territorial) e competência do juízo.....	271
5.2. Competência originária e derivada	271
5.3. Competência relativa e competência absoluta	272
5.3.1. <i>A translatio iudicii</i>	272
5.3.2. Distinções entre a incompetência relativa e a incompetência absoluta.....	274
6. Foros concorrentes, forum shopping, forum non conveniens e princípio da competência adequada	275
7. Competência constitucional.....	278
8. Competência internacional.....	280
8.1. Considerações gerais	280
8.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa (arts. 21 e 22, CPC).....	282
8.3. Competência internacional exclusiva (art. 23, CPC)	283

8.4. Competência concorrente e litispendência (art. 24, CPC)	283
9. Métodos para identificar o juízo competente	284
10. Critérios determinativos de distribuição da competência	284
10.1. Consideração introdutória	284
10.2. Objetivo: em razão da matéria, em razão da pessoa e em razão do valor da causa	285
10.3. Territorial	287
10.4. Funcional	287
10.4.1. Generalidades	287
10.4.2. Competência funcional x competência territorial absoluta	288
11. Principais regras de competência territorial	290
12. Foros distritais e subseções judiciárias	297
13. Modificações da competência	298
13.1. Panorama dos fatos jurídicos processuais que autorizam a modificação da competência	298
13.2. Não alegação da incompetência relativa	299
13.3. Foro de eleição	300
13.3.1. Generalidades	300
13.3.2. Ineficácia da cláusula abusiva de foro de eleição	301
13.3.3. Foro de eleição internacional	303
13.4. Conexão e continência	303
13.4.1. Considerações gerais sobre a conexão. Conceitos legais de conexão e continência. Insuficiência do conceito legal. A conexão por prejudicialidade ou por preliminaridade	303
13.4.2. Forma de alegação	307
13.4.3. Distinção entre a alegação de modificação de competência e a alegação de incompetência relativa	307
13.4.4. Conexão entre demanda executiva e demanda de conhecimento e conexão entre demandas executivas	308
13.4.5. Conexão por afinidade. Um novo modelo de conexão para o julgamento de casos repetitivos	309
13.5. Prevenção	311
14. Recorribilidade da decisão sobre competência	311
15. Conflito de competência	313
15.1. Conceito	313
15.2. Incompetência, remessa dos autos e conflito de competência	314
15.3. Legitimidade e participação do Ministério Público	314
15.4. Competência	315
15.5. Procedimento	317
16. Competência da Justiça Federal	318

16.1. Características	318
16.2. Competência dos juízes federais em razão da pessoa.....	318
16.2.1. O art. 109, I, CF/1988.....	318
16.2.1.1. As causas	318
16.2.1.2. As pessoas.....	320
16.2.1.3. As exceções	324
16.2.2. O art. 109, II, CF/1988.....	327
16.2.3. O art. 109, VIII, CF/1988	327
16.3. Competência funcional: art. 109, X, segunda parte	329
16.4. Competência da Justiça Federal em razão da matéria.....	329
16.4.1. O art. 109, III, CF/1988.....	329
16.4.2. Causas do art. 109, V-A: grave violação a direitos humanos.....	331
16.4.3. O art. 109, XI, CF/1988: disputa sobre direitos indígenas	335
16.4.4. Art. 109, X, parte final: causas referentes à nacionalidade e à naturalização.....	336
16.5. Competência territorial da Justiça Federal	337
16.5.1. Considerações gerais	337
16.5.2. Art. 109, § 3º, CF/1988: juízo estadual com competência federal.....	339
16.6. Competência do Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/1988)	341
Capítulo 6 ► Cooperação judiciária nacional	347
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais	347
2. Breve histórico	349
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais.....	351
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo	352
5. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação	353
6. Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos.....	354
7. Tipos de cooperação.....	355
7.1. Cooperação por solicitação.....	355
7.2. Cooperação por delegação	356
7.3. Cooperação por concertação.....	356
8. A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional	357
9. Pedido de cooperação: a cooperação solicitada	358
10. Cooperação por delegação.....	358

10.1. Noção e características.....	358
10.2. Distinções.....	360
11. Atos concertados: a cooperação negociada.....	360
11.1. Generalidades e legitimidade para celebração. A cooperação interinstitucional	360
11.2. Objeto da concertação.....	363
11.2.1. Consideração introdutória.....	363
11.2.2. Alguns objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC.....	364
11.2.2.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC)	364
11.2.2.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória.....	365
11.2.2.3. Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC)	366
11.2.2.4. A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC).....	367
11.2.2.5. Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC).....	368
11.3. Ato concertado como hipótese de modificação de competência.....	369
12. Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i>	373
13. A compulsoriedade da cooperação judiciária	373
14. As partes e a cooperação judiciária.....	376
15. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	377
Capítulo 7 ► Mediação e Conciliação	379
1. A política pública de tratamento adequado dos conflitos jurídicos. O princípio do estímulo da solução do litígio por autocomposição.....	379
2. A Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça	381
3. Mediação e conciliação: distinções e semelhanças.....	382
4. Normas que regem a mediação e a conciliação.....	384
5. O centro de solução de conflitos	387
6. As câmaras privadas de mediação e conciliação.....	388
7. As câmaras administrativas de mediação e conciliação.....	389
8. Considerações críticas	390
Capítulo 8 ► Teoria da ação: da ação e do direito de ação.....	393
1. Direito de ação, ação, procedimento e direito afirmado.....	393
2. O direito de ação como um complexo de situações jurídicas.....	395
3. A demanda e a relação jurídica substancial	398
4. Elementos da ação.....	399
4.1. Causa de pedir e pedido	399

4.2. Partes	400
5. Classificação das ações	401
5.1. Classificação segundo a natureza da relação jurídica discutida: real e pessoal	401
5.2. Classificação segundo o objeto do pedido mediato: mobiliária ou imobiliária.....	401
5.3. Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional: conhecimento, cautelar e executiva. Ações sincréticas	402
5.4. Ações de conhecimento: condenatórias, constitutivas e declaratórias	402
5.4.1. Ações condenatórias: as ações de prestação	402
5.4.2. Ações constitutivas	403
5.4.3. Ações (meramente) declaratórias.....	405
5.4.4. O art. 20 do CPC. Distinção entre ação meramente declaratória e ação de condenatória. O art. 515, I, do CPC.....	408
5.4.5. Ações mandamentais e ações executivas em sentido amplo. As classificações quinária e quaternária das ações	411
5.5. Ações dúplices	415
6. Cumulação de ações.....	416
7. Concurso de ações (concurso de direitos).....	417
8. As condições da ação e o novo CPC.....	418
Capítulo 9 ► Pressupostos processuais.....	423
1. Pressuposto processual: noções gerais.....	423
2. Pressupostos de existência e requisitos de validade.....	424
3. Alguns “mitos” sobre os pressupostos processuais.....	427
4. A classificação proposta	428
5. Pressupostos processuais subjetivos	429
5.1. Capacidade de ser parte.....	429
5.2. Existência de órgão investido de jurisdição.....	430
6. Pressuposto processual objetivo: a existência de ato inicial do procedimento que introduza o objeto da decisão.....	431
7. Requisitos processuais subjetivos de validade	431
7.1. Capacidade processual.....	431
7.1.1. Generalidades	431
7.1.2. Possíveis consequências da incapacidade processual	434
7.2. Capacidade processual das pessoas casadas	435
7.2.1. Consideração introdutória.....	435
7.2.2. Capacidade processual dos cônjuges nas ações reais imobiliárias	435
7.2.2.1. O art. 1.647 do Código Civil.....	435
7.2.2.2. A restrição da capacidade processual.....	436
7.2.2.3. Forma e prova do consentimento.....	438
7.2.2.4. Aplicação à união estável documentada.....	439

7.2.2.5.	O controle da ilegitimidade processual do cônjuge	440
7.2.2.6.	Suprimento judicial do consentimento (art. 74 do CPC e art. 1.648 do Código Civil).....	440
7.2.3.	Dívidas solidárias e litisconsórcio necessário entre os cônjuges (incisos II e III do § 1º do art. 73 do CPC).....	442
7.3.	O curador especial	443
7.4.	Capacidade postulatória.....	449
7.4.1.	Generalidades	449
7.4.2.	Ato praticado por advogado sem procuração.....	451
7.4.3.	A procuração	453
7.5.	Competência	455
7.6.	Imparcialidade	455
8.	Requisito processual objetivo intrínseco: respeito ao formalismo processual	456
9.	Requisitos processuais objetivos extrínsecos e negativos	457
10.	A legitimação para agir e o interesse processual	459
10.1.	Observação introdutória	459
10.2.	O art. 17 do CPC.....	459
10.3.	Legitimação para agir.....	460
10.3.1.	Noção.....	460
10.3.2.	Classificação	462
10.3.3.	Substituição processual ou legitimação extraordinária.....	465
10.3.4.	Diretrizes para a solução de conflitos entre o substituto processual e o substituído.....	468
10.3.5.	Fonte normativa da legitimação extraordinária.....	470
10.3.5.1.	Generalidades.....	470
10.3.5.2.	A legitimação extraordinária negocial.....	471
10.3.6.	Substituição processual e sucessão processual.....	476
10.3.7.	Substituição processual e representação processual.....	477
10.3.8.	Legitimidade ordinária como questão de mérito	477
10.4.	O interesse de agir	480
10.4.1.	Generalidades	480
10.4.2.	O interesse-utilidade.....	481
10.4.3.	O interesse-necessidade e as ações necessárias.....	482
10.4.4.	Interesse de agir nas ações declaratórias.....	485
10.4.5.	O denominado interesse-adequação	486
10.5.	A teoria da asserção: exame da legitimidade e do interesse de agir à luz do que foi afirmado pela parte.....	487
11.	As diversas posições jurídicas que um sujeito pode assumir em um mesmo processo: a dinamicidade das capacidades processuais, do interesse processual e da legitimidade	491
12.	Participação processual dos animais não-humanos.....	494

Capítulo 10 ► Fatos, atos e negócios jurídicos processuais	497
1. Nota explicativa.....	497
2. Ato e procedimento	498
3. Conceito de fato jurídico processual	498
4. Classificação dos fatos jurídicos processuais em sentido amplo.....	501
5. Negócios processuais	503
5.1. Noções gerais, espécies e classificação.....	503
5.2. Negócios processuais atípicos	508
5.2.1. A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo.....	508
5.2.2. Regras gerais da negociação processual.....	510
5.2.3. Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz.....	511
5.2.4. Momento de celebração	511
5.2.5. Requisitos de validade.....	512
5.2.5.1. Generalidades.....	512
5.2.5.2. Capacidade. O problema da vulnerabilidade. Contratos empresariais e não empresariais	513
5.2.5.3. Objeto. Diretrizes para o controle da validade do objeto do negócio processual atípico. Contratos empresariais e não empresariais.....	516
5.2.5.4. Forma	520
5.2.6. Anulabilidade	521
5.2.7. Eficácia e revogabilidade.....	521
5.2.8. Onerosidade excessiva, resolução e revisão	523
5.2.9. Inadimplemento e ônus da alegação	523
5.2.10. Efetivação.....	524
5.2.11. Princípio da boa-fé e negociação processual.....	524
5.2.12. Interpretação	524
5.2.13. Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	526
5.2.14. Direito intertemporal	527
6. Ato ilícito processual.....	528
Capítulo 11 ► Invalidades processuais	531
1. Consideração introdutória.....	531
2. Noções básicas sobre os planos da existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos	532
3. Sistema de invalidades processuais	535
3.1. Sistema de invalidades processuais e sistema de invalidades do direito material.....	535
3.2. O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação. Toda invalidade processual é decretada	536
3.3. Os tipos de defeito processual.....	536

3.4. Não há invalidade sem prejuízo.....	539
3.5. Intervenção do Ministério Público e invalidade.....	540
3.6. Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos. O princípio da fungibilidade.....	541
3.7. Sanabilidade dos defeitos processuais.....	542
3.8. Invalidade do procedimento (inadmissibilidade) e invalidade de cada um dos atos do procedimento.....	543
3.9. Invalidação de atos do juiz, das partes e dos auxiliares da justiça	545
3.10. Máxima da proporcionalidade e princípios da cooperação e da eficiência aplicados ao sistema das invalidades processuais.....	548
3.11. O princípio da boa-fé processual e a regra da proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	549
3.12. Princípio da proteção da confiança.....	552
3.13. Decisão sobre a invalidade e preclusão.....	553
Capítulo 12 ► Preclusão	555
1. Conceito	555
2. Fundamentos da preclusão e o seu papel no formalismo processual.....	556
3. Classificação.....	558
3.1. Generalidades	558
3.2. Preclusão temporal	560
3.3. Preclusão lógica.....	560
3.4. Preclusão consumativa.....	562
3.5. Preclusão-sanção ou preclusão punitiva.....	563
4. Natureza jurídica.....	564
4.1. A preclusão como fato e como efeito jurídico.....	564
4.2. A preclusão como sanção.....	565
5. Preclusão, prescrição e decadência	566
6. Preclusão para o juiz	567
7. Efeitos da preclusão	568
Capítulo 13 ► Teoria da cognição judicial	571
1. Conceito de cognição.....	571
2. Conceito de questão	572
3. Resolução das questões: resolução incidenter tantum e resolução principaliter	572
4. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	574
5. Objeto da cognição judicial (tipologia das questões).....	578
5.1. Consideração introdutória.....	578
5.2. Questões de fato e questões de direito.....	578
5.3. Questões prévias: questões preliminares e questões prejudiciais	580

5.4. Pressupostos processuais e mérito: questões de admissibilidade e questões de mérito	584
6. Espécies de cognição.....	586
Capítulo 14 ► Litisconsórcio.....	591
1. Conceito	591
2. Classificação.....	592
2.1. Ativo, passivo e misto	592
2.2. Inicial e ulterior	592
2.3. Unitário e simples.....	593
2.3.1. Unitário.....	593
2.3.2. Simples ou comum.....	594
2.4. Necessário e facultativo	595
2.4.1. Generalidades	595
2.4.2. Litisconsórcio necessário unitário, litisconsórcio facultativo unitário e hipóteses de intervenção <i>iussu iudicis</i>	595
2.4.3. Litisconsórcio necessário por força de lei	599
2.4.4. Síntese das combinações possíveis entre os litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo	599
2.4.5. Litisconsórcio necessário ativo	599
2.4.6. Natureza da sentença proferida contra litisconsorte necessário não citado.....	606
2.4.7. Litisconsórcio necessário e negócio jurídico processual.....	607
2.4.8. Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada	608
3. Regime de tratamento dos litisconsortes.....	610
4. Modalidades especiais de Litisconsórcio facultativo e cumulação de pedidos.....	612
4.1. Litisconsórcio sucessivo	612
4.2. Litisconsórcio eventual.....	613
4.3. Litisconsórcio alternativo	614
5. Litisconsórcio por comunhão, por conexão ou por afinidade. Litisconsórcio facultativo impróprio. Litisconsórcio recusável. Litisconsórcio multitudinário.....	615
Capítulo 15 ► Intervenção de terceiro	619
1. Introdução às intervenções de terceiro.....	619
1.1. Conceitos fundamentais.....	619
1.1.1. Conceito de parte.....	619
1.1.2. Conceito de terceiro	620
1.1.3. Conceito de intervenção de terceiro.....	620
1.1.4. Processo incidente e incidente do processo	621
1.2. Fundamentos para as intervenções de terceiro.....	621
1.3. Efeitos no processo.....	622

1.4.	Controle pelo magistrado. As convenções processuais sobre as intervenções de terceiro	623
1.5.	Cabimento	625
1.5.1.	Regra geral.....	625
1.5.2.	Juizados Especiais Cíveis	625
2.	Assistência	626
2.1.	Considerações gerais	626
2.2.	Procedimento.....	627
2.3.	Assistência simples.....	627
2.3.1.	Considerações gerais	627
2.3.2.	Poderes do assistente simples	630
2.3.2.1.	Combinação das regras decorrentes dos arts. 121, par. ún., e 122, CPC.....	630
2.3.2.2.	Análise do par. ún. do art. 121 do CPC: omissões negociais e não negociais do assistido.....	631
2.3.3.	Eficácia preclusiva da intervenção	633
2.4.	Assistência litisconsorcial	635
2.5.	Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (lato sensu) como assistente simples em processo individual.....	636
3.	Denúnciação da lide	639
3.1.	Generalidades	639
3.2.	Facultatividade da denúnciação da lide.....	642
3.3.	Posição processual do denunciado	643
3.4.	A denúnciação da lide em caso de evicção (art. 125, I, CPC)	645
3.5.	A denúnciação da lide com base no inciso II do art. 125 do CPC.....	646
3.5.1.	Considerações gerais	646
3.5.2.	A concepção restritiva	647
3.5.3.	A concepção ampliativa	649
3.5.4.	A posição do Superior Tribunal de Justiça.....	653
3.5.5.	Síntese conclusiva: a nossa opinião.....	654
3.6.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo autor (arts. 126-127, CPC).....	655
3.7.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo réu (arts. 126 e 128, CPC).....	656
4.	Chamamento ao processo	657
5.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo em causas de consumo.....	660
6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	663
6.1.	Generalidades	663
6.2.	A desconsideração da personalidade jurídica: suas origens como instrumento de supressão do privilégio da limitação da responsabilidade	664
6.3.	A desconsideração da personalidade jurídica: a construção doutrinária brasileira.....	667
6.4.	Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	670

7. Intervenção de <i>amicus curiae</i>	673
8. Outras intervenções decorrentes da resposta do réu	679
9. A intervenção <i>iussu iudicis</i>	679
10. Intervenções especiais dos entes públicos	683
11. Intervenção litisconsorcial voluntária ou litisconsórcio facultativo ulterior simples.....	686
12. Intervenção de terceiro especial no processo da ação de alimentos (art. 1.698 do Código Civil).....	689
Capítulo 16 ► Alienação da coisa ou do direito litigioso.....	697
Capítulo 17 ► Formação do processo e petição inicial	703
1. Formação do processo.....	703
2. Petição inicial e demanda.....	704
3. Requisitos da petição inicial	704
3.1. Forma.....	704
3.2. Assinatura de quem possua capacidade postulatória.....	705
3.3. Indicação do juízo a que é dirigida a demanda.....	705
3.4. Qualificação das partes	705
3.5. Causa de pedir: o fato e o fundamento jurídico do pedido	708
3.6. Argumentação jurídica.....	712
3.7. O pedido.....	713
3.8. Atribuição de valor à causa.....	713
3.9. A indicação dos meios de prova com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	714
3.10. Opção pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação.....	714
3.11. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	715
3.12. A opção pelo “Juízo 100% digital” – a Resolução n. 345/2020 do Conselho Nacional de Justiça.....	716
4. Emenda da petição inicial.....	716
5. Indeferimento da petição inicial.....	718
5.1. Considerações gerais	718
5.2. Hipóteses de indeferimento	722
5.2.1. Inépcia	722
5.2.2. Ilegitimidade da parte	725
5.2.3. Falta de interesse processual.....	725
5.2.4. Não atendimento ao disposto nos arts. 106 e 321	725
6. Pedido	725
6.1. Conceito e divisão	725
6.2. Requisitos.....	727

6.3. Cumulação de pedidos	728
6.3.1. Cumulação própria: simples ou sucessiva	728
6.3.2. Cumulação imprópria: subsidiária ou alternativa.....	729
6.3.3. Cumulação inicial e cumulação ulterior	733
6.3.4. Requisitos para a cumulação.....	734
6.3.4.1. Compatibilidade dos pedidos.....	734
6.3.4.2. Competência.....	735
6.3.4.3. Identidade do procedimento ou conversibilidade para o procedi- mento comum. Cláusula geral de adaptabilidade do procedi- mento comum	736
6.4. Ampliação da demanda.....	739
6.5. Redução da demanda.....	740
6.6. Alteração objetiva da demanda.....	741
6.7. Espécies de pedido	742
6.7.1. Pedido genérico	742
6.7.2. Pedido alternativo	745
6.7.3. Pedido relativo a obrigação indivisível.....	747
6.8. Interpretação do pedido e pedido implícito	749
6.8.1. Interpretação da petição inicial. Regras gerais sobre a interpretação dos atos postulatórios	749
6.8.2. Pedido implícito	754
Capítulo 18 ► Improcedência liminar do pedido.....	757
1. Conceito e regime jurídico.....	757
2. Hipóteses de improcedência liminar do pedido previstas no art. 332 do código de processo civil	760
2.1. Pedido contrário a precedente obrigatório	760
2.2. Reconhecimento de prescrição ou decadência	762
3. Hipótese atípica de improcedência liminar do pedido e outras hipóteses legais de improcedência liminar do pedido.....	770
Capítulo 19 ► Citação.....	773
1. Generalidades	773
2. A citação como “pressuposto processual”	773
3. Comparecimento espontâneo do citando	774
4. Pessoaalidade da citação.....	775
5. Local da citação.....	776
6. Impedimento legal para a citação	777
7. Medidas indutivas, nudges processuais e citação	777
8. Efeitos da citação.....	778
9. A citação e a interrupção da prescrição pelo despacho citatório.....	781

10. Modalidades	782
10.1. Citação por meio eletrônico	782
10.2. Citação pelo correio.....	786
10.3. Citação por oficial de justiça.....	787
10.4. Citação por mandado com hora certa	788
10.5. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	790
10.6. Citação por edital	790
10.7. Regulação convencional do modo de citação.....	792
Capítulo 20 ► Audiência preliminar de conciliação ou mediação	793
Capítulo 21 ► Teoria da exceção, resposta do réu e revelia	801
1. Teoria da exceção	802
1.1. Acepções do termo “exceção”	802
1.2. Exceção em sentido substancial e exceção em sentido processual. Os contraditórios (exceções substanciais) e o seu regime jurídico processual	802
1.3. Da exceção como direito de defesa	805
1.4. Ação versus exceção	806
2. Espécies de defesa	807
2.1. Mérito e admissibilidade	807
2.2. Objeções e exceções	807
2.3. Peremptória e dilatória.....	810
2.4. Direta e indireta.....	811
2.5. Instrumental e interna.....	811
3. Resposta do réu	812
4. A contestação.....	812
4.1. Noção geral	812
4.2. Prazo.....	813
4.3. A regra da eventualidade ou da concentração da defesa	813
4.4. Defesas de admissibilidade.....	815
4.4.1. Inexistência ou nulidade de citação.....	815
4.4.2. Incompetência do juízo. O direito de o réu alegar incompetência no foro do seu domicílio.....	816
4.4.3. Incorreção do valor da causa.....	817
4.4.4. Inépcia da petição inicial.....	818
4.4.5. Perempção, litispendência e coisa julgada.....	818
4.4.6. Conexão e continência.....	818
4.4.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	819
4.4.8. Alegação de convenção de arbitragem.....	819
4.4.8.1. Generalidades.....	819

4.4.8.2.	Alegação de convenção de arbitragem e a <i>Kompetenzkompetenz</i> do juízo arbitral	821
4.4.8.3.	Decisão sobre a alegação de convenção de arbitragem.....	823
4.4.9.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual. O direito de substituição do réu e o dever de o réu indicar o legitimado passivo. Novas hipóteses de intervenção de terceiro.	824
4.4.10.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar.....	826
4.4.11.	Indevida concessão do benefício da gratuidade concedido ao autor.....	826
4.5.	Defesas que têm de ser alegadas fora da contestação e que podem ser alegadas depois da contestação	826
4.6.	Crítica à interpretação literal do art. 337 do CPC. Quebra do dogma da primazia da defesa de admissibilidade sobre a defesa de mérito	827
4.7.	Ônus da impugnação especificada.....	829
4.7.1.	Noção.....	829
4.7.2.	Representantes judiciais que estão dispensados deste ônus (art. 341, par. ún., CPC).....	830
4.7.3.	Afirmações de fato que, mesmo não impugnadas especificadamente, não serão havidas como verdadeiras.....	832
4.8.	Forma e requisitos.....	833
4.9.	Pedido do réu.....	833
4.10.	Aditamento e indeferimento da contestação	834
4.11.	Interpretação	835
5.	Reconvenção	835
5.1.	Noções gerais	835
5.2.	Reconvenção e ampliação subjetiva do processo	836
5.3.	Requisitos.....	838
5.3.1.	Haja uma causa pendente	839
5.3.2.	A observância do prazo de resposta.....	839
5.3.3.	Competência	839
5.3.4.	Compatibilidade entre os procedimentos.....	839
5.3.5.	Conexão.....	840
5.3.6.	Interesse processual	840
5.3.7.	Cabimento	841
5.3.8.	Despesas processuais.....	841
5.4.	Reconvenção e substituição processual.....	841
5.5.	Reconvenção e pedido contraposto	842
6.	A revelia.....	843
6.1.	Noção.....	843
6.2.	Efeitos	843
6.3.	Mitigações à eficácia da revelia	844

6.3.1.	A presunção de veracidade não é efeito necessário da revelia.....	844
6.3.2.	Revelia não implica necessariamente vitória do autor	845
6.3.3.	Matérias que podem ser alegadas após o prazo de defesa.....	846
6.3.4.	Proibição de alteração de pedido ou da causa de pedir (art. 329, II, CPC).....	846
6.3.5.	Intervenção do réu revel	846
6.3.6.	Necessidade de intimação do réu revel que tenha advogado constituído nos autos.....	847
6.3.7.	Possibilidade de ação rescisória por erro de fato	847
6.3.8.	<i>Querela nullitatis</i>	847
6.3.9.	Impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	848
6.4.	Revelia na reconvenção	848
Capítulo 22 ► Arguição de impedimento ou suspeição		849
1.	Generalidades	849
2.	Hipóteses de impedimento	850
3.	Hipóteses de suspeição	853
4.	Fontes normativas do impedimento e da suspeição	854
5.	Rol exemplificativo das hipóteses de impedimento e suspeição	855
6.	Suspensão do processo	857
7.	Procedimento, decisão e recursos.....	857
8.	Eficácia externa da decisão sobre a suspeição e o impedimento.....	860
9.	Arguição de impedimento ou suspeição do tribunal ou da maioria absoluta do tribunal.....	861
10.	Impedimento ou suspeição provocados. Imparcialidade aceita e abuso do direito.....	863
Capítulo 23 ► Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo		865
1.	Saneamento e fase de saneamento. As providências preliminares	865
2.	Julgamento conforme o estado do processo	868
3.	Julgamento antecipado do mérito.....	868
4.	Rotas ou circuitos do procedimento comum	872
5.	Da decisão de saneamento e organização do processo.....	873
5.1.	Generalidades	873
5.2.	Audiência de saneamento e organização em cooperação com as partes.....	877
5.3.	O acordo de organização do processo	878
5.4.	O calendário processual	880
5.5.	Eficácia preclusiva da decisão de saneamento e de organização do processo em relação ao reexame das questões que podem ser decididas a qualquer tempo pelo órgão jurisdicional	882
5.5.1.	Consideração introdutória.....	882
5.5.2.	O juízo de admissibilidade positivo e a preclusão	883

Capítulo 24 ► Extinção do processo	889
1. Observação introdutória	889
2. Conteúdo das decisões judiciais. As decisões totais e as decisões parciais.....	890
3. Decisões que não examinam o mérito (art. 485 do CPC).....	891
3.1. Generalidades e a primazia da decisão de mérito.....	891
3.2. Distribuição por dependência em caso de renovação da demanda (art. 286, II).....	893
3.3. Efeito regressivo da apelação (art. 485, § 7º).....	893
3.4. Análise do art. 486 do CPC.....	894
3.5. Indeferimento da petição inicial	897
3.6. Abandono do processo pelas partes.....	898
3.7. Abandono do processo pelo autor.....	899
3.8. Falta de “pressupostos processuais”.....	900
3.9. Existência de perempção, litispendência e coisa julgada.....	901
3.10. Ausência de interesse ou legitimidade	903
3.11. Existência de convenção de arbitragem	905
3.12. Desistência do prosseguimento do processo (revogação da demanda).....	906
3.12.1. Generalidades	906
3.12.2. Desistência parcial.....	906
3.12.3. Desistência da ação e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação	907
3.12.4. Momento.....	907
3.12.5. Desistência da ação e desistência do recurso.....	908
3.12.6. Desistência da ação e consentimento do réu.....	908
3.12.7. Efeito anexo da decisão que homologa a desistência da ação.....	910
3.12.8. Desistência da ação e julgamento de casos repetitivos.....	910
3.12.9. Caso especial: desistência no caso de ente federal ser réu.....	910
3.12.10. Desistência em processo coletivo	911
3.12.11. Desistência e despesas processuais.....	911
3.13. Falecimento do autor e intransmissibilidade do direito litigioso	911
3.14. Análise do § 3º do art. 485 do CPC.....	912
4. Decisões que examinam o mérito (art. 487 Do CPC)	914
4.1. Observação introdutória	914
4.2. Julgamento do mérito: a procedência e a improcedência.....	915
4.2.1. Generalidades	915
4.2.2. A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito.....	916
4.3. Homologação da autocomposição das partes.....	918
4.4. Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	921

Capítulo 25 ▶ Suspensão do processo	925
1. Noções gerais.....	925
2. Hipóteses de suspensão.....	927
2.1. Morte ou perda da capacidade processual de parte, representante legal ou advogado	927
2.2. Convenção das partes	929
2.3. Arguição de impedimento ou suspeição.....	930
2.4. Admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas	930
2.5. Prejudicialidade ou preliminaridade externa (art. 313, V, “a”).....	931
2.6. Dependência da verificação de um fato ou da produção de uma prova (art. 313, V, “b”).....	932
2.7. Força maior.....	933
2.8. Pendência de processo perante tribunal marítimo	934
2.9. Casos que envolvem a maternidade ou paternidade	934
2.10. Decisão de mérito depender da verificação da ocorrência de delito.....	936
2.11. Suspensão do processo em razão da concessão de medida liminar em ação declaratória de constitucionalidade	937
2.12. Outros casos de suspensão.....	938
3. Prática de atos durante a suspensão do processo.....	939
Bibliografia	943